

■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

2ª colocada



■ Projeto Penha está na escola! Construção de rede de proteção às mulheres no CED 310, Santa Maria, DF

 Vânia Lúcia Costa Alves Souza *

Resumo: A articulação ao combate à violência contra a mulher permeou os trabalhos desenvolvidos no Centro Educacional 310 de Santa Maria, DF. Os alunos optaram por estimular o debate do tema “Violência contra a mulher” no espaço escolar, incentivando as vítimas a denunciarem. Para atingir esse objetivo, eles realizaram pesquisas, prepararam vídeos e cartazes e, por fim, organizaram rodas de conversa com os representantes do Núcleo Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), e da Comissão Maria da Penha. No decorrer de três anos de discussões sobre a violência contra a mulher na escola, foi possível constatar uma maior união e solidariedade entre as meninas, além de uma mudança do discurso machista, principalmente por parte dos meninos

Palavras-chave: Violência. Gênero. Direitos Humanos. Preconceitos. Geografia Escolar.

* Vânia Lúcia Costa Alves Souza é geógrafa e professora de Geografia na Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal. Graduada em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB (1987), especialista em Gestão do Território pela UnB (1989), mestre em Geo information Science pela Agricultural University, Wageningen Holanda (2008) e doutora em Geografia pela UnB (2016). Colaboradora e participante dos grupos de pesquisa: GECE - Cartografia para Escolares e GEAF - Ensino de Geografia. Contato: costa.vania0@gmail.com.

Introdução

O espaço escolar é um componente de existência de pessoas, é o produto e o produtor de significados em ação educativa (SILVA, 2016). Ao valorizar o espaço dos alunos, valoriza-se também a geografia, ao permitir que o cotidiano das pessoas seja repensado em outra lógica, não dominante. A articulação ao combate à violência da mulher permeou os trabalhos desenvolvidos pelos alunos do Centro Educacional 310 de Santa Maria, DF. Este é um trabalho importante para amenizar a realidade de alguns jovens que frequentam a escola e se situam em um quadro de vulnerabilidade social alta, com relatos de abuso físico e sexual, casamentos precoces e gravidez na adolescência – fatos que podem estar associados ao envolvimento dos jovens com as drogas e a criminalidade.

Descreveremos os diferentes momentos de desenvolvimento deste projeto na escola.

1. Início com o projeto *Nós Propomos!* nas aulas de geografia, em 2017

O projeto *Nós Propomos!* tem, como objetivo principal, dinamizar o estudo de caso e promover a autonomia dos estudantes orientados por eixos de ações como a identificação dos problemas locais, execução de trabalho de campo e apresentação de sugestões de intervenção. O projeto *Nós propomos!* surgiu em 2012, na Universidade de Lisboa/IGOT – UL (CLAUDINO, 2017), durante a disciplina de geografia para os alunos com idades entre 16 e 17 anos, com ênfase em atividades práticas sobre a realidade local.

O projeto *Nós Propomos!* no CED 310 contou com a participação de 20 alunos do segundo ano do turno vespertino do ensino médio. Nas aulas de geografia, eles desenvolveram o projeto em dois encontros semanais, durante os meses de março a junho de 2017. Um encontro extraordinário ocorreu no segundo semestre para a articulação da roda de conversas com a participação de outros estudantes. O desenvolvimento do projeto ocorreu com as ações articuladas em três etapas: identificação do problema, intervenções e articulação com os agentes externos.

2. Desenvolvimento do projeto

2.1 Escolha do tema

Etapa 1 – Sensibilização para os problemas locais, caracterização do problema

O primeiro momento com os alunos envolveu a apresentação e a estruturação do projeto na escola. Os alunos trabalhariam um tema único; iriam identificar o problema, investigá-lo e sugerir intervenções. Dessa

forma, as etapas foram construídas e direcionadas gradualmente. A pergunta inicial foi: Qual é o problema da sua quadra, local de moradia? As respostas indicaram, majoritariamente, o tema de violência urbana em suas diversas formas, como assalto, estupro, roubo, brigas de gangues e violência doméstica. Mapas mentais foram realizados pelos alunos no sentido de descrever os tipos de violência e locais de ocorrência.

Em seguida, muitos debates ocorreram esclarecendo definições de violência, tais como: o que é violência? Quais são as causas da violência? Quais são os tipos de violência urbana? Como evitar a violência?

Após os estudos e debates, os alunos identificaram a violência contra a mulher como a de maior ocorrência em locais próximos de sua casa. Delimitado o tema, os objetivos da pesquisa foram estabelecidos:

- Identificar e classificar os tipos de violência contra a mulher presentes em sua vizinhança.
- Organizar ações para a redução da violência.

Foram realizados debates sobre a violência contra a mulher, a qual foi trabalhada na perspectiva sociológica, ou seja, como aquela resultante de conflitos e ausência de diálogo e civilidade. Tais debates foram complementados com o enfoque nos direitos humanos, que consideram a violência como violação aos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, consciência, culto), políticos (direito de votar e ser votado, participação política e social), econômicos e culturais.

Nesse momento, foram realizadas dinâmicas com o texto de Frei Betto sobre a Declaração dos Direitos Humanos (BETTO, 2017). A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), nos artigos 20 a 30, também reforça os direitos das mulheres. A Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015) – conhecida como a Lei do Feminicídio – também foi trabalhada, já que torna o homicídio da mulher um crime hediondo quando envolve violência doméstica e familiar que menospreza ou discrimina a condição da mulher. Tal lei é relevante para a articulação de ações que diminuam as elevadas estatísticas de mortes de mulheres pelos maridos/companheiros. Essas estatísticas revelaram que, em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil – dados alarmantes, considerando uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2017).

Compreende-se a violência de gênero como aquela praticada contra a mulher, pelo fato de ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição. É um tipo de violência que resulta de um sistema social que subordina o sexo feminino, em uma visão patriarcal de sociedade. É uma violência que acontece, principalmente, no ambiente doméstico e muitas vezes não tem registro por ser considerada “natural”. A Lei Maria da Penha classifica os tipos de

violência de gênero como psicológica, patrimonial, física e sexual. Esses tipos de violência foram amplamente debatidos em sala.

A questão do preconceito se esconde nos estereótipos comuns dos papéis masculino e feminino de nossa sociedade. Para desvendar esses preconceitos, foram utilizadas dinâmicas de grupos com frases que revelam as dificuldades em perceber essas regras sociais brasileiras e a ausência de estudo desse tópico nas escolas. Algumas categorias foram trabalhadas, como: papel tradicional feminino e masculino; privacidade da relação; modelo de família intacta e ideal; responsabilidade da vítima; ciúme relacionado ao amor; ciúme relacionado à violência; justificativas para a violência mesmo que o homem seja ciumento.

Dois reportagens subsidiaram os debates. A primeira revela o cuidado que as mulheres devem ter no diagnóstico de uma relação perigosa com o parceiro. Segundo a pesquisadora Marcella Figueira (O GLOBO, 2018), a mulher brasileira ainda sofre de violência e morte decorrente dos relacionamentos abusivos; dessa forma, ela deve saber como agir nessas situações.

Observou-se que a mulher tem se sentido segura para denunciar, conforme mostra a segunda reportagem, que indica o Distrito Federal com o maior número de denúncias registradas (CORREIO, 2009). Se, por um lado, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio aumentam a punição e dão medidas protetivas; por outro lado, essas só têm efeito após a agressão. É necessário antecipar – as mulheres deveriam perceber as relações abusivas e procurar os centros especializados para denunciar no Disque 180.

Nesse momento, é possível perceber a importância de espaços de debates sobre o tema na escola. A escola pode ser um local de informações, fazer parte da rede de proteção da mulher e divulgar procedimentos e locais que atendem as situações de risco. A ampliação e o aprimoramento da rede de atendimento à mulher são fundamentais não apenas para o melhor acompanhamento das vítimas, mas também como papel de prevenção à violência contra a mulher. Participam dessa rede os sistemas de saúde, da justiça criminal e a escola – e o seu fortalecimento contribuiria para a construção de políticas públicas capazes de enfrentar a violência contra a mulher e promover a igualdade de gênero.

Ao final dos debates sobre os preconceitos e as práticas discriminatórias contra a mulher, algumas questões surgiram, por exemplo: Como aceitar estar presente diante de uma situação em que um homem bate em uma mulher e não se fazer nada? Será que a maioria dos colegas da escola percebe a existência dessa violência contra a mulher na sua quadra? A etapa 2 do projeto direcionou a busca das respostas a estas questões.

2.2 Intervenção

Etapa 2 – Elaboração de proposta de intervenção

Após a delimitação do problema, os alunos optaram por estimular o debate do tema “Violência contra a mulher” no espaço escolar, incentivando as vítimas a denunciarem. Para atingir esse objetivo, eles decidiram pesquisar as percepções dos colegas sobre a violência contra a mulher e, para isso, aplicaram um questionário.

As perguntas principais do questionário foram:

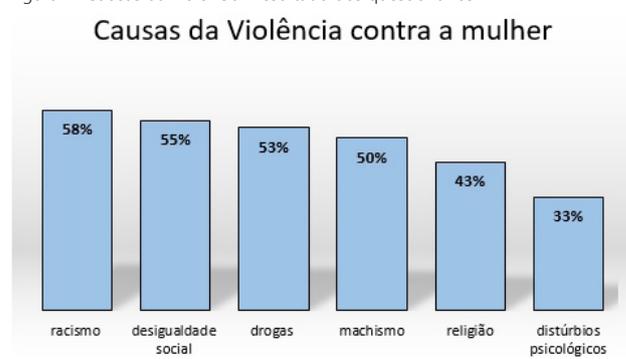
1. Onde você mora (quadra residencial); você presenciou algum tipo de violência contra a mulher?
2. Quais dos itens abaixo você identifica como causa da violência? A. Diferença de cultura/religião. B. Desigualdade social. C. Racismo. D. Machismo. E. Drogas. F. Distúrbios psicológicos.
3. Você acredita que a violência atinge mais as mulheres? Por quê?
4. Como evitar a violência contra a mulher?

Resultados dos questionários

Os questionários foram respondidos por 120 alunos de diferentes séries do ensino médio do turno vespertino do CED 310.

1. 92% responderam que presenciaram algum tipo de violência contra a mulher em seu bairro.
2. Os temas racismo, desigualdade social, machismo e religião aparecem em porcentagens próximas quanto às causas da violência, o que indica que vários fatores podem levar às situações de violência contra a mulher (Figura 1). Tal constatação reforça a necessidade de promover na escola debates interdisciplinares envolvendo outros professores para melhor compreender a temática de prevenção.
3. 86% acreditam que a violência atinge mais as mulheres. A principal razão apontada é porque a mulher é considerada frágil. Essa resposta reforça a visão patriarcal de dependência e invisibilidade da mulher que, em muitos casos, não corresponde

Figura 1. Causas da violência. Resultado dos questionários



Fonte: Autora

à atual situação econômica e social das mulheres, que sustentam muitas famílias no Brasil, mas não têm o reconhecimento da sociedade. Lança também a dúvida: a mulher apanha porque é frágil? Então todos os seres frágeis devem apanhar?

4. A maioria acredita que a melhor forma de evitar a violência é a denúncia. A pesquisa mostrou que muitos denunciariam o fato à polícia, confiando nas autoridades e leis a responsabilidade da diminuição da violência e punição dos responsáveis.

Posteriormente, os alunos decidiram que a melhor forma para combater a violência contra a mulher na escola seria incentivar as pessoas a denunciar os maus-tratos e o agressor, assim como buscar apoio psicológico para compreender os problemas de seus relacionamentos abusivos. Dessa forma, eles organizaram dois vídeos retratando dois tipos de violência e como evitá-las. A intenção é divulgar a necessidade da denúncia em casos de violência contra a mulher¹.

2.3. Articulação com os agentes externos

Etapa 3 – Construção de pareceres entre os atores escolares e não escolares

Os alunos perceberam a ausência do debate desse tema na escola e procuraram os representantes do Núcleo Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), e da Comissão Maria da Penha, que foram à escola para participar de debates no CED 310. Essa visita ocorreu no dia 17 de outubro de 2017, com a presença dos alunos de duas turmas do vespertino (60 alunos), em rodas de conversa.

A equipe organizadora da roda pesquisou os tópicos relevantes aos alunos e professores da escola. Dessa forma, dois debates sobre a violência contra a mulher ocorreram no mesmo dia.

Pela manhã, durante a coordenação pedagógica com os professores, foram abordados os seguintes tópicos: significados da violência doméstica; Lei Maria da Penha; atitudes do professor diante das situações de violência doméstica; preparo da escola diante dessas problemáticas.

Na roda de conversa da tarde, os alunos do projeto selecionaram os tópicos: significados da violência doméstica; atitudes e encaminhamento das pessoas diante das situações de violência: o que fazer e o que não fazer; relato de casos recorrentes e sanções penais; descrição das medidas protetivas da mulher; descrição dos casos de violência comuns em nossa cidade e encaminhamentos legais.

3. Ampliação do Projeto em 2018

Em 2018, o trabalho sobre a violência contra a

mulher sai do Projeto Nós Propomos! e se insere nas discussões, ocorridas nas aulas de geografia, sobre as desigualdades sociais no Brasil: a questão de gênero. Com a ajuda do professor de geografia do outro turno, as etapas desenvolvidas no ano anterior passam a acontecer em cinco turmas: duas de 1º ano, duas de 2º ano e uma de 3º ano, nos dois turnos (120 alunos).

Etapa 1 – Sensibilização para os problemas locais, caracterização do problema

- Identificar e classificar os tipos de violência contra a mulher, presentes em sua vizinhança.
- Organizar ações para a redução da violência.

Etapa 2 – Elaboração de proposta de intervenção

Debates em sala trouxeram novas questões para serem estudadas. Cartazes e vídeos foram elaborados para a exposição dos grupos sobre o tema.

3.1 Articulação com os agentes externos

Etapa 3 – Construção de pareceres entre os atores escolares e não escolares

A segunda roda de conversa sobre a violência contra a mulher, com os alunos do CED 310 trouxe novos temas que foram trabalhados nos dois turnos, com a separação dos grupos por sexo, a pedido dos alunos.

1. Temas para os meninos: Como desconstruir os papéis de sexo frágil da mulher e o de sexo forte do homem? Por que os homens reagem de forma violenta ao término do relacionamento? Qual é a proteção para quem é denunciado pela Lei Maria da Penha? Existe apoio psicológico para os homens?
2. Temas para as meninas: A Lei Maria da Penha atende apenas às casadas? Qual é a proteção para quem denuncia? Como identificar relacionamentos abusivos (namoro, casamento)? Como evitar assédios (vários tipos) em locais públicos?

4. Definitivamente Penha está na escola! 2019

O projeto sobre a violência contra a mulher se mantém na escola a pedido das alunas, e recebe novo nome, sendo desenvolvido com parcerias de professores que trabalham em projetos de melhoria da autoestima dos alunos. Penha está na escola! tem a participação de cinco turmas: duas de 1º ano, duas de 2º ano e duas de 3º ano, nos dois turnos (150 alunos).

As três etapas foram desenvolvidas com os alunos em uma nova abordagem sobre os relacionamentos no mundo virtual.

Etapa 1 – Sensibilização para os problemas locais, caracterização do problema

- Identificar e classificar os tipos de violência contra a mulher, presentes em sua vizinhança.
- Organizar ações para a redução da violência.
- Debater os problemas relacionados aos namoros virtuais e cyberbullying.

Etapa 2 – Elaboração de proposta de intervenção

Os debates em sala trouxeram outras questões para serem estudadas. Muitos cartazes e vídeos foram elaborados para a exposição dos grupos sobre o tema. Destacamos o vídeo *Confiança* que relata o feminicídio resultante de relacionamentos virtuais².

4.1 Articulação com os agentes externos

Etapa 3 – Construção de pareceres entre os atores escolares e não escolares

A terceira roda de conversa sobre a violência contra a mulher, com os alunos do CED 310, foi organizada da seguinte forma:

Debate com os meninos: Como construir um relacionamento respeitador, menos machista? Como evitar o cyberstalking/ assédio cibernético?

Debates com as meninas: Quando o assédio cibernético se transforma em feminicídio? Como identificar os futuros agressores? Como evitar os relacionamentos abusivos?

Considerações finais

O projeto contou com um grande envolvimento dos alunos nas diferentes etapas. A articulação das ações, baseadas em relatos de casos de violência na realidade do aluno, foi importante no desenvolvimento do trabalho. A primeira etapa foi realizada com inúmeros desafios, como, por exemplo, a falta de preparação dos alunos em encaminhar os debates sobre preconceitos. Estudos sobre as questões de gênero na sociedade indicam que o professor pode superar essa dificuldade a

partir de exemplos concretos em estudos interdisciplinares (MADUREIRA E BRANCO, 2015), como, no nosso caso, com a abordagem em direitos humanos.

Na segunda etapa, a intervenção foi adaptada às necessidades dos professores e alunos. O depoimento de uma aluna no questionário menciona que é muito difícil mudar a ocorrência da violência em nossa sociedade, pois ela está presente em todo lugar. Então, a melhor maneira seria mudar os seres humanos. A educação e o acesso às informações podem oferecer oportunidades às pessoas de quebrar o ciclo da violência. A violência contra a mulher é um tema muito complexo e importante, e não deve ficar ausente das discussões na escola. A prevenção da violência contra a mulher pode ter uma possível resolução coletiva a longo prazo: educar para denunciar e proteger a mulher.

Dada a complexidade do tema, é imperativa a ação conjugada da escola com os agentes externos de apoio à mulher, em um trabalho a ser realizado a longo prazo. Os alunos participantes concordaram com a continuidade do trabalho em outros anos escolares.

Os principais desafios encontrados se referem à coordenação das discussões em sala, de forma a incluir o maior número de turmas; a organização de maior tempo para as rodas de conversas, com maior interação com as alunas; o envolvimento dos familiares nas discussões sobre a violência contra a mulher e a necessidade de uma escuta contínua de casos de violência contra a mulher para o devido encaminhamento.

No decorrer de três anos de discussões sobre a violência contra a mulher no CED 310, foi possível constatar uma maior união e solidariedade entre as meninas, além de uma mudança do discurso machista, principalmente dos meninos. É possível verificar narrativas sobre os encaminhamentos legais de conhecidos para os casos de violência contra a mulher e a importância da denúncia. Este resultado nos deixa muito felizes e motivados a continuar este trabalho, principalmente quando observamos o interesse por parte das meninas que, no início do ano letivo, sempre estão a perguntar quando que o projeto será desenvolvido. ■

Notas

¹ Os vídeos estão disponíveis nos links: Violência contra a mulher <<https://www.youtube.com/watch?v=Z0uXaFqoaXY>>; Um silêncio por amor <https://www.youtube.com/watch?v=llG_t-8KLh0>

² <<https://www.youtube.com/watch?v=Ooil0Mpl3K0&t=31s>>

Referências bibliográficas

BETTO, Frei. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. 2017. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/betto.htm>>.

BRASIL. **Lei 11.340** - Lei Maria da Penha. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.

_____. **Lei 13.104** - Lei do Femicídio. 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>.

CLAUDINO, Sérgio. **Projeto Nós Propomos** – Inovação e Cidadania na Educação Geográfica. 2017. Disponível em <<http://www.igot.ulisboa.pt/projeto-nos-propomos/>>

CORREIO. **Reportagem Lei Maria da Penha DF lidera número de denúncias**. 2009. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/lei-maria-da-penha-df-lidera-numero-de-denuncias/>>. Acesso em 2017.

IPEA. **Atlas da violência**. 2017. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>

MADUREIRA, Ana F. A., BRANCO, Ângela U. Gênero, sexualidade e diversidade na Escola a partir da perspectiva de professores/as. **Trends in Psychology**. Vol 23, n.3 , 577-591, 2015.

O GLOBO. **Reportagem Lei Maria da Penha** - 84 agressões foram registradas no DF em 2018. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/lei-maria-da-penha-84-agressoes-foram-registradas-no-df-em-2018.ghtml>>.

SILVA, Joseli. Gênero e espaço. Esse é um tema de Geografia? In: Azevedo, Daniel A., Morais, Marcelo A. **Ensino de Geografia**. Novos temas para a Geografia. Editora Consequência. 2016.